

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 53, DE 3 DE MARÇO DE 2010

Aprova o enquadramento de projeto de concessão para exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras de titularidade da Viabahia Concessionária de Rodovias S/A no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal; o art. 27, inciso XXII e § 8º, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007; tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007; bem como o art. 7º da Portaria GM nº 89 de 04 de abril de 2008; e o que consta do Processo MT nº 50000.063110/2009-05, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de concessão para exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração, conforme apresentado no Programa de Exploração da Rodovia - PER, mediante pedágio, do segmento rodoviário constituído pelos trechos de rodovias federais e de rodovias estaduais delegadas ao Governo Federal, BR-116/BA (Feira de Santana - Div. BA/MG), BR-324/BA (Salvador - Feira de Santana), BA-526 (Entr. BR-324 - Entr. BA-528) e BA- 528 (Entr. BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu), de titularidade da empresa concessionária VIABAHIA Concessionária de Rodovia S/A, CNPJ nº 10.670.314/0001-55, conforme descrito no Anexo I da presente Portaria.

Art. 2º O impacto decorrente da aplicação do REIDI sobre as tarifas será considerado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT por ocasião da revisão tarifária.

Art. 3º Os autos do processo MT nº 50000.063110/2009-05 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO NASCIMENTO

ANEXO I

Projeto	Concessão da Rodovia BR-116/BA, BR- 324/BA, BA-526 e BA-528
Tipo	Concessão Rodoviária.
Pessoa Jurídica Titular	VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A
CNPJ	10.670.314/0001-55
Localização	Estado da Bahia
Enquadramento	Art. 1º, da Portaria GM nº 131, de 16 de junho de 2008.
Documentos de que trata o § 8º do art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007	Não apresentados.
Identificação do Processo	MT nº 50000.063110/2009-05

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 1.627, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2010

Autoriza a desincorporação física, contábil e a alienação de bens móveis da união sob a guarda e responsabilidade da administração do Porto do Recife, no estado de Pernambuco - PE.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001383/2008-92 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 261ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de fevereiro de 2010, resolve:

Art. 1º - Autorizar a desincorporação física, contábil e a alienação de bens móveis da União de acordo com o Termo de Vistoria nº. 001/2008, elaborado pela Comissão designada pela Portaria nº 026/2007, de 07 de Maio de 2007, do Diretor Presidente da Administração do Porto do Recife, adquiridos com recursos da União, que se encontram sob a guarda e responsabilidade da referida Administração, localizados no Porto do Recife-PE.

Art. 2º - Determinar que a alienação ora autorizada seja processada de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os Decretos nº 99.658 de 30 de outubro de 1990 e 21.981 de 19 de outubro de 1932;

Art. 3º - Determinar que o produto da referida alienação seja depositado em conta corrente bancária especial, devendo ser utilizado na aquisição de novos bens, após a aprovação do Plano de Aplicação pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Art. 4º - Determinar que o resultado do Leilão seja informado a esta ANTAQ.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

ACÓRDÃO Nº 7/2010

Processo: 50300.001268/2009-07.

Parte: LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda.

Trata o presente acórdão do exame do pedido de outorga de autorização da empresa LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda., CNPJ nº 08.310.839/0001-38, para construir e explorar terminal de uso privativo, na modalidade de uso misto, a ser denominado Porto Sudeste.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 260ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 11 de fevereiro de 2010, e da Ata da 261ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 25 de fevereiro de 2010, o Diretor-Geral-Relator, Fernando Antonio Brito Fialho, votou pelo deferimento do pleito apresentado pela LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda., autorizando a construção e exploração do Terminal Portuário de Uso Privativo misto, a ser denominado "Porto Sudeste",

para movimentação de minério de ferro, localizado na ilha da Madeira, Itaguaí-RJ, ressaltando, em reconhecimento da necessária manutenção do atendimento técnico do pleito deliberado, que a Autorizada, deverá comunicar quaisquer alterações que venham a ocorrer no teor das documentações acostadas ao pedido instruído nesses autos, em especial: a pertinente à habilitação jurídica e regularidade fiscal da empresa, quanto à comprovação do recolhimento das cobranças de foro ou taxas de ocupação, face ao acatamento por esta ANTAQ, da atual justificativa de suspensão dessas cobranças, como registrado às fls. 671 (Portaria nº 34/2009-SPU); e o contrato de cessão onerosa pelo uso de espaços físicos em águas públicas, nos termos do § 3º do art. 36, do Decreto nº 6.620/2008. Já o Diretor Tiago Pereira Lima, após pedido de vistas do processo, votou, em separado, aderindo ao voto do Diretor-Relator, acrescendo a este, o fato de que a Procuradoria Federal junto a ANTAQ houve por bem salientar ser possível a aprovação do pedido formulado pela interessada LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda., desde que atendidas as condicionantes estabelecidas no PARECER-PRG-ANTAQ/Nº 40/2010-FGAS, de 3/2/2010, indicando, ainda, a necessidade, em especial, de atendimento por parte da interessada das ressalvas indicadas pela PRG nos itens 13, 18 e 19 do parecer citado, cujo acompanhamento das ressalvas deverá ser feito pela Superintendência de Portos. O Diretor-Relator, Fernando Fialho, acompanhou o voto vista do Diretor Tiago Lima. Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67, da Lei nº 10.233/2001, em fazer prevalecer a decisão constante do voto proferido pelo Diretor-Relator, Fernando Antonio Brito Fialho, acrescido das deliberações constantes no voto do Diretor Tiago Lima. Participaram da 260ª Reunião Ordinária do Diretor-Geral-Relator, Fernando Antonio Brito Fialho, o Diretor Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa, o Diretor Tiago Pereira Lima, o Procurador-Geral, Glaucio Alves Cardoso Moreira e o Secretário-Geral, Aguinaldo José Teixeira. Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2010.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
RelatorTIAGO PEREIRA LIMA
Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE NAVEGAÇÃO INTERIOR

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 3 de fevereiro de 2010

Nº 1 - Processos nºs 50300.000026/2009-98 e 50305.001495/2009-84. O SUPERINTENDENTE DE NAVEGAÇÃO INTERIOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e pela Resolução nº 987-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2008, considerando os autos do Processo nº 50305.001495/2009-84, de 09 de setembro de 2009, decide, no mérito, dar provimento ao recurso da empresa DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA., anulando a decisão de aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), proferida pelo Senhor Chefe da Unidade Administrativa Regional de Belém, por meio do Despacho nº 100, de 03 de novembro de 2009, publicado no DOU de 05 de novembro de 2009, por entender que a empresa não infringiu os dispositivos da Resolução nº 356-ANTAQ, de 20 de dezembro de 2009, na época em vigor.

JOSÉ ALEX BOTELHO DE OLIVA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 5, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2010

A Procuradora do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos da Representação Nº 013.2010.03.008/0, instaurada em face de representação formulada por denunciante anônimo, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, irregularidades quanto a atributos trabalhistas, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 013.2010.03.008/0, contra: MÁRIO SAUCEDO (RES-TAURANTE BOLÍVIA), CNPJ 20.872.347/0001-31, localizado à Avenida Getúlio Vargas, nº 998 - Centro, Teófilo Otoni/MG, CEP: 39.800-015.

ISABELA MAUL DE CASTRO MIRANDA

PORTARIA Nº 6, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2010

A Procuradora do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos da Representação nº 18.2010.03.008/7, instaurada em face de representação formulada pela Vara do Trabalho de Nanuque, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, trabalho análogo ao de escravo, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 18.2010.03.008/7, contra: ROMILDO QUARESMA DOS SANTOS, CPF 033.378.716-15, com endereço na Rua Ametista, 66 - Bairro Prado - Belo Horizonte / MG - 30.411-135.

ISABELA MAUL DE CASTRO MIRANDA

PORTARIA Nº 6, DE 2 DE MARÇO DE 2010

A Procuradora do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e institucionais conferidas pelos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República de 1988, pelos artigos 83 e 84, da Lei Complementar n.º 75/1993, pelo art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985, e pela Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, e

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados na Representação nº 31/2010, instaurada em face de representação formulada pela Vara do Trabalho de Araxá, tendo como tema "Sindicato", em que seapura possível desrespeito à legislação protetiva do trabalho;

CONSIDERANDO que em função de norma constitucional prevista no art. 129, III, da CR/1988, foi conferido ao Ministério Público a promoção de inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público do Trabalho promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, III, da LC n.º 75/93); resolve:

INSTAURAR o INQUÉRITO CIVIL N.º 31/2010, junto à Procuradoria do Trabalho no Município de Patos de Minas, em face do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e Mobiliário de Araxá e Tapira, localizado na Rua Alexandre Gondim, nº 97, Centro, em Araxá, com fulcro no art. 129, inciso III, da CR/1988; art. 84 e incisos da Lei Complementar n.º 75/1993; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985 e Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, para apuração dos fatos em toda a sua extensão, visando à adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis à espécie.

FERNANDA BRITO PEREIRA

PORTARIA Nº 7, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2010

A Procuradora do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos da Representação nº 0011.2010.03.008/6, instaurada em face de representação formulada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Teófilo Otoni, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, trabalho análogo ao de escravo, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 0011.2010.03.008/6, contra: JOILTO & JOEDILSON CONFECÇÕES LTDA-ME, CNPJ 10.376.596/0001-82, localizada na Rua Epaminondas Otoni, nº 1.005 - Centro, Teófilo Otoni/MG - 39.800-013.

ISABELA MAUL DE CASTRO MIRANDA